José Ferreira Junior

Professor

do Programa de Pós-
-graduação em Cultura
e Sociedade da
Universidade Federal do
Maranhão (UFMA).

**Anderson Roberto
Corrêa Pinto**

Mestre em Cultura e So-
ciedade pela Universida-
de Federal do Maranhão
(UFMA). Bacharel em
Comunicação Social e
Licenciado em Letras.

**O romance-reportagem de
José Louzeiro no cenário de
resistência à ditadura militar**

**José Louzeiro's report-novel
in the scenario of resistance to
the military dictatorship**

**El romance-reportaje de José
Louzeiro en el escenario
de la resistencia a la
dictadura militar**

RESUMO*

Este artigo debruça-se sobre uma das obras mais polêmicas do jornalista e escritor José Louzeiro, *Aracelli, meu amor*, forma de resistência à cessação da liberdade de expressão durante o período ditatorial vivido no Brasil. Nesse momento, pulularam pelo País, influenciados pelo movimento do *new journalism* e pela imprensa nanica, textos híbridos entre literatura e jornalismo, reconhecidos como romances-reportagem que, ao lado de outras expressões artísticas, atuaram como porta-voz das minorias em defesa dos direitos humanos, além de um amplificador de notícias abafadas pelo governo. Intencionou-se, portanto, contextualizar a obra de Louzeiro, inserida em momento de exceção no ordenamento jurídico do País e compreender como esse cenário político e social influenciou a criação textual por intermédio de um processo de análise dialógico entre a ficção e as mídias informativas.

Palavras-chave: literatura de resistência; romance-reportagem; José Louzeiro; ditadura militar.

ABSTRACT

This paper focuses on a controversial work by journalist and writer José Louzeiro, *Aracelli, my love*, a form of resistance to the cessation of freedom of expression during the dictatorial regime lived in Brazil. At that time, hybrid texts flooded the country, influenced by the new journalism movement and the alternative media. These texts, which mix literature and journalism, are known as report-novels – stories that, alongside other artistic expressions, acted as a spokesman for minorities in defense of human rights as well as an amplifier of news drowned out by the government. Therefore, the paper's purpose is to contextualize Louzeiro's work within this moment of exception in Brazil's legal system and understand how this political and social scenario influenced the textual creation through a process of dialogic analysis between fiction and informative media.

Keywords: resistance literature; report-novel; José Louzeiro; military dictatorship.

RESUMEN

Este artículo se centra en una polémica obra del periodista y escritor José Louzeiro, *Aracelli, mi amor*, una forma de resistencia a la cesación de la libertad de expresión durante el régimen dictatorial en Brasil. En ese momento surgen en el país, influenciados por el movimiento *new journalism* y la prensa rosa, textos híbridos entre la literatura y el periodismo, reconocidos como romances-reportaje en el que, junto a otras expresiones artísticas, actuó como portavoz de las minorías en la defensa de los derechos humanos así como un amplificador de noticias ahogadas por el gobierno. Se propone, por lo tanto, contextualizar el trabajo de Louzeiro dentro de este contexto y entender cómo este escenario político y social influyó en la creación textual a través de un proceso dialógico entre la ficción y los medios informativos. Palabras clave: literatura de resistencia; romance-reportaje; José Louzeiro; dictadura militar.

* Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada ao Grupo de Pesquisa História do Jornalismo por ocasião do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2015.

Submissão: 10-10-2015

Decisão editorial: 4-11-2016

Introdução

A ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, foi um duro golpe na vida política, social e cultural do País, quando houve restrições à liberdade de expressão e de imprensa, cessação da democracia e de tantos outros direitos dos brasileiros, afetando principalmente as atividades de artistas, escritores e jornalistas. Com o decreto do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), em 1968, a situação agravou-se: contrariar o governo era crime que, às vezes, se pagava com a própria vida. É nesse momento que a censura torna-se mais rígida e controladora para silenciar aqueles que veiculavam posições contrárias ao regime.

Contudo, intelectuais – entre eles Antonio Candido (1989) – refletiram sobre como a “geração da repressão” buscou alternativas para driblar a censura e fazer circular suas opiniões e impressões a respeito do governo vigente, além de seus anseios por mudança. A poesia marginal, os movimentos musicais – como a Tropicália de Caetano, Gil e Tom Zé –, as novas companhias de teatro, o audiovisual, a imprensa nanica – com jornais e revistas de vida curta ou média –, todos eles, de alguma forma, resistiram à asfixia causada pela censura e pela repressão. Mas foi a imprensa que mais sofreu com o autoritarismo dos anos de chumbo. As intervenções de censores – que se instalavam per-

manentemente nas redações dos grandes jornais do País – e as perseguições a repórteres e editores foram algumas das medidas tomadas pelos generais para impedir que jornalistas exercessem sua profissão com dignidade, não havendo espaço para reportagens críticas sobre o panorama político do Brasil.

Segundo Maria Aparecida de Aquino, com essas medidas, o governo pretendia promover “o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida” (AQUINO, 1999, p. 15).

Em meio a esse cenário, encontra-se uma classe que ultrapassa as barreiras do jornalismo para resistir à violência do militarismo. Entre os jornalistas está o maranhense José Louzeiro, que, tendo cerceado o direito de livre expressão, vai buscar em um projeto alternativo desnudar faces dolorosas do Brasil durante o período de autoritarismo e preencher, dessa forma, a lacuna deixada pela imprensa àquela época. Seus textos já não são mais apenas notícias, são agora denúncias, ganhando corpo com matizes da literatura, em que realidade e ficção entremeiam narrativas com certa feição ao naturalismo.

É nesse contexto que surge o estudo que se propõe a ser desenvolvido neste artigo. Será apresentado um panorama de como se deu o processo de resistência intelectual à ditadura militar no Brasil, especialmente com a presença de uma tipologia textual que traz convergências entre o jornalismo e a literatura, sendo este um modelo utilizado para ampliar alguns fatos jornalísticos que não podiam ser explorados de maneira mais crítica e explícita no jor-

nalismo diário mais imediatista. José Louzeiro será um dos expoentes dessa literatura de resistência, com discurso testemunhal, que tenderá a divulgar aspectos da realidade brasileira ignorados ou mascarados pela mídia.

Este estudo é um recorte de um projeto mais amplo que pretende analisar os valores-notícia, no terreno do ficcional, a partir da concepção de uma literatura de testemunho empreendida pelo escritor e jornalista maranhense como reação à censura, à violência repressiva e à caça aos inconformados com a ditadura. Dessa forma, concentra-se em analisar e minudenciar conteúdos considerados subversivos e francamente contrários aos ditames da política governamental da década de 1970.

Censura e resistência

Uma das primeiras decisões do governo militar brasileiro foi restringir, para não dizer anular, a liberdade de expressão e opinião da imprensa nacional, coagindo, limitando e eliminando os inconformados com os ditames autoritários do sistema, uma clara e sistemática violação dos direitos humanos. Burlando a democracia, o governo cria órgãos destinados ao controle de dados e informações, entre ele o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), coordenado pelo Ministério da Justiça, responsável pelo exercício da censura prévia no País. O alvo eram as áreas de diversão que influenciavam fortemente a opinião pública. Programas de televisão, rádio, cinema, teatro, espetáculos públicos e músicas ficaram à mercê do órgão. Nesse mesmo período, surgiu o Departamento de Operações de Informações – Centro

de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) –, que se encarregava de prender, sequestrar e torturar as vozes que agissem contra o regime.

O período de maior repressão ocorreu no governo do general Emílio Médici, ex-chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), que havia assumido a presidência em 1969, permanecendo no Executivo até 1974. O general defendia a manutenção do AI-5 para alcançar um ideal de plena “democracia”, ainda que somente para “inimigos do regime e os que lhe desejam a destruição”, tanto que no mesmo dia de sua posse entrou em vigor o que veio a se considerar um novo ordenamento constitucional outorgado, que estendia a vigência do ato até decisão contrária do presidente.

Ao lado das ações repressivas, o governo Médici foi responsável pela maior campanha de governo, que divulgou e difundiu o conceito do “milagre brasileiro”, responsável pelo registro de elevado crescimento econômico e de consumo no País. Durante o governo Médici, a economia chegou a crescer 11,9%, em 1972, e a renda *per capita* dos brasileiros aumentou em 50%. Mas nem mesmo o bom momento econômico suplantou o desastre da repressão, que torturou milhares de pessoas e levou pelo menos 300 à morte (A REUNIÃO, 2008).

Diante disso, Aquino diferencia dois momentos da censura. Num primeiro momento, entre 1968 e 1972, “a censura assume um caráter amplo, agindo indistintamente sobre todos os periódicos” (AQUINO, 1999, p. 212). É nesse período que as práticas restringem-se a telefonemas e bilhetes enviados às redações. Em uma segunda fase, a partir de 1972, a autora fala de uma “radicalização da atuação

censória" especialmente aos órgãos de imprensa que oferecem resistência. "Observa-se que em parte desse período o regime político recrudesce em termos repressivos, momento em que o controle do Executivo pertence aos militares identificados com a 'linha dura'" (AQUINO, 1999, p. 212).

Para esquivar-se da censura prévia, os jornais faziam uso de métodos como o surgimento de lacunas em suas páginas que, quando não deixadas em branco, eram preenchidas com receitas culinárias, poemas, letras de música, anúncios irrelevantes ou imagens descontextualizadas. Também utilizavam mensagens subliminares sobre ações e repercussões do regime militar.

Lucy Dias comenta que, no final dos anos 1960, o Brasil vivia um dos poucos momentos da História em que se podiam ver as "forças progressistas" chegarem muito próximas do poder político. "Havia uma 'arte revolucionária' sendo desenvolvida pelos Centros Populares de Cultura (CPCs), colocando na ordem do dia a construção de uma cultura 'nacional, popular e democrática' a serviço da revolução social que acreditávamos estar próximos" (DIAS, 2003, p. 27).

E foi em meio a esse regime endurecido que surgiram tantos "movimentos" de resistência. Na música, por exemplo, a Tropicália aparece como um grupo cujas canções têm letras contestadoras e vanguardistas. Não havia necessariamente uma nova modalidade musical; o que se pretendia era uma participação mais ativa no cenário cultural do País com sentido crítico e transformador. Ao movimento liderado por Caetano Veloso, Gilberto Gil e Tom Zé somaram-se as cantoras Gal Costa e Nara Leão, o maestro e arranjador Rogério Duprat, a banda Os Mutantes, além de

artistas de outras áreas, como o poeta Torquato Neto, Hélio Oiticica e outros criadores nas artes plásticas, o teatrólogo José Celso Martinez Corrêa e o cineasta Glauber Rocha.

Não pertenciam a esse movimento, mas também eram vozes inconformadas, cantores como Geraldo Vandré, Raul Seixas, Edu Lobo e Chico Buarque. Todos burlavam o autoritarismo militar utilizando figuras de linguagem, como metáforas e ironia, como forma de seus protestos passarem despercebidos pelos censores. Chico Buarque, após voltar do exílio, sob o pseudônimo Julinho da Adelaide, produziu algumas de suas obras-primas, em que às vezes a qualidade dos arranjos era inferior às letras que manifestavam o enfrentamento aos instrumentos de repressão.

Paralelamente, viam-se surgir novos instrumentos jornalísticos de resistência que tinham como objetivo divulgar aspectos sociais e econômicos ignorados ou mascarados pelas empresas da grande mídia. Essa imprensa alternativa, denominada "imprensa nanica", com jornais e revistas de vida curta ou média, propôs-se a indagar, duvidar, favorecer o diálogo sobre a realidade brasileira. Essa imprensa era tida como "uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil", como afirma Kucinski (2003, p. 28).

Em 1966, também foi editada a revista *Realidade*, publicação mensal da editora Abril, que documentava as transformações pelas quais o Brasil passava, preocupando-se em explorar e "discutir temas desconfortáveis para certos padrões de moral (liberdade sexual), aborto, homossexualidade, prostituição" (BULLHÖES, 2007, p. 143). A *Realidade* era afeita ao *new journalism* e tinha uma proposta estética renovadora, com publicação de grandes reportagens de um en-

genho textual voltado para a literatura – com direito a diálogos –, estabelecendo uma narrativa muito próxima do conto. O jornalismo passou a ansiar por uma compreensão dos fracassos e misérias sociais, políticas e econômicas do País.

Revistas como *Realidade* contribuíram para que o público leitor se acostumasse a textos jornalísticos com essas características, favorecendo um espaço para consumo de livros-reportagem. Estes buscavam, então, canalizar os temas censurados nos jornais diários. Segundo Edvaldo Pereira Lima, o gênero tratava de “colocar a público a história surdina que se desenrolava fora das páginas dos grandes jornais; exceto pelo caso da menina Aracelli Cabrera Sanchez, cujo assassinato e escândalo subsequente vinham sendo divulgados pela *Folha de S. Paulo*” (2009, p. 243). José Louzeiro, que foi repórter policial desde cedo no Maranhão e, mais tarde, no Rio de Janeiro, é um expoente desse gênero no País. Entre suas obras estão *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia* (1973), *Infância dos mortos* (1977), e *Aracelli, meu amor – Um anjo espera a justiça dos homens* (1976). O último foi motivo de grande polêmica.

Em 1970, o presidente Emílio Médici assinou o Decreto-lei 1.077 (BRASIL, 1977), que estendia a censura ao mercado editorial brasileiro. O decreto estabelecia que não seriam toleradas “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”. Segundo os censores, essas publicações iam à contramão da proposta de “segurança nacional” estabelecida pelo governo.

Para Sandra Reimão, “a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifaceta-

da, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física" (2014, p. 75). Foi o que aconteceu com a obra *Aracelli, meu amor*, de José Louzeiro, lançada pela editora Civilização Brasileira, de propriedade de Ênio Silveira. O editor, aliás, foi um dos principais alvos do Ministério da Justiça no que tange à apreensão, coação e censura de livros. Os exemplares dos livros foram recolhidos no dia do lançamento. Louzeiro, em entrevista a Quintino (2014), conta como os fatos se sucederam:

Um imbecil chamado Armando Falcão (ministro da Justiça), um crápula, um canalha, proibiu o livro. Era uma edição de 20 mil exemplares. Uma edição especial. Ele proibiu o livro, no dia do lançamento. O livro foi lançado de manhã, e de tarde o livro já estava proibido. Estava em uma livraria em Niterói, para o lançamento, quando dois policiais chegaram à paisana. Um deles era conhecido meu e me avisou que parasse porque o livro iria ser recolhido. Isso foi na noite de autógrafo. A sorte é que eles recolheram só os que estavam na livraria para o lançamento. Eram uns 50 livros. Mas, no dia seguinte, eles recolheram todos os 19 mil e não sei quantos livros que estavam nos depósitos da editora. Durante a ditadura, o livro ficou proibido. Saíram duas edições escondidas. Chega uma hora que o livro, quando tem uma repercussão, você perde o controle de quem publica o quê. Alguém fez uma edição fajuta e andou vendendo de mão em mão. (QUINTINO, 2014, p. 4).

Cabe ressaltar que, como Louzeiro, centenas de escritores e artistas foram atingidos pelo decreto. Em dez anos de vigência do AI-5, foram censurados, segundo Zuenir Ventura, "cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas" (1988, p. 285).

Destarte, compreende-se que os anos que sucedem ao AI-5, de grande censura, serão propícios para analisar a “nova” realidade brasileira. Como as obras de Louzeiro, muitas outras do gênero romance-reportagem apareceram no Brasil de maneira a exercitar essa análise crítica, especialmente com a falta de espaço na mídia diária. Como afirma Cosson (2002), essas mudanças, com a aproximação do jornalismo à literatura, levaram a um “novo padrão jornalístico no Brasil”, em que se favorecia, outrossim, uma linguagem literária influenciada diretamente pelo jornalismo e ainda pela cultura de massa.

José Louzeiro e a literatura de resistência

O maranhense José Louzeiro foi um dos pioneiros na publicação de livros-reportagem no País, influência de seu trabalho em redações. Desde os primeiros anos como repórter de polícia em São Luís, denunciou as mazelas sociais e abusos políticos, a ponto de sofrer perseguição por parte do grupo político liderado pelo senador Victorino Freire, após constantes publicações de reportagens que envolviam os guarda-costas (capangas, na linguagem local) que dominavam a cena política com violências e desmandos no Estado do Maranhão. O fato motivou-o a mudar-se para o Rio de Janeiro, em 1954, onde ganhou notoriedade por seu estilo jornalístico.

Em muitos momentos de sua vida, Louzeiro esteve em contato com um mundo dito marginal. Na lida diária das redações, não foi diferente. A rotina em delegacias, de conversas com detentos, o convívio com moradores em situação de rua e tantos outros grupos marginalizados da sociedade sem dúvida o levaram a produzir grandes reportagens policiais e algumas delas, extrapolando o espaço jornalístico, foram ampliadas e publicadas em importantes

livros-reportagem, em que buscou a aproximação com a literatural como forma de trazer um olhar diferenciado sobre a realidade brasileira. O jornalista maranhense é “um bom exemplo de comunicador moderno que se multiplicava em vários dos canais da indústria cultural” (LIMA, 2009, p. 47), arriscando-se periodicamente na fórmula combinada ficção/jornalismo e, ainda, na cinematografia.

Ressalta-se que esse diálogo entre literatura e jornalismo vem sendo mantido ao longo da História. A relação, todavia, está especialmente na forma de ver o mundo. Ambos visam ao conhecimento da realidade humana, mas sob pontos de vista diferentes. A literatura, por exemplo, apropria-se dela sob o viés ficcional, diferentemente do jornalismo, em que prevalece a apropriação do factual. Com discursos distintos, tem-se que o jornalismo preza pela objetividade, a qual prescinde de uma estrutura narrativa noticiosa que, utilizando uma linguagem precisa, sem “gorduras informativas”, tem o compromisso de registrar o real com um teor de verdade.

Em linha oposta ao jornalismo, por assim dizer, a natureza do discurso literário, a sua maneira, toma a linguagem com um caráter estético,¹ e não apenas como meio de expressão. Aqui a linguagem não é meio, mas fim. Os formalistas russos enxergam a lite-

¹ A referência conceitual com a qual se trabalhou neste artigo apoia-se na proposta de uma estética informacional, formulada por Max Bense. Para o poeta e tradutor Haroldo de Campos, existe na formulação de Bense uma distinção no campo da estética, porque há “uma estética tradicional, como ‘sistema de representação’, hegeliano, e uma estética moderna, como ‘sistema de pesquisa’, apto à verificação de ‘estados estéticos’, ou uma estética do tipo galileano, como ele a classifica” (BENSE, 2003, p. 16), explica Campos em nota introdutória à edição brasileira de *Pequena Estética*, de Max Bense.

riedade – objeto da literatura – como artifício para recriar a realidade, extraíndo da história não uma verdade factual, mas uma verdade alegórica, sem o compromisso com a contemporaneidade, como afirma Bulhões (2007). Assim, a literatura busca recriar o mundo por meio da mimese e da verossimilhança. Para Louzeiro, coloca-se o paradoxo, entendido nesta análise como problematização, em razão de o romance-reportagem colocar-se na condição de “verdade alegórica”; e, ao mesmo tempo, um contrato de leitura mediante a construção de um texto-denúncia.

Estabelecidos em uma sociedade que passa por constantes mudanças, literatura e jornalismo criam processos simbióticos que se configuram especialmente a partir das transformações sociais do século XX e que são percebidos até hoje. Com as vanguardas modernistas, a própria conceituação de literatura se modificou. Os folhetins e os suplementos literários publicados nos jornais foram os primeiros passos para essa confluência entre os campos, mas será a reportagem a forma de comunicação jornalística que mais se aproximará da literatura.

Lima (2009) ressalta que o jornalismo age, num primeiro movimento, como “camaleão”, assumindo formas do fazer literário para retratar o real. Num segundo, é a literatura que bebe das fontes jornalísticas para atualizar sua prática, em que é possibilitada a “representação do real efetivo, uma espécie de reportagem – com sabor literário – dos episódios sociais” (LIMA, 2009, p. 178).

Para Candido (1989), fatores sociais que se ligam à estrutura social, aos valores e às ideologias, às técnicas de comunicação, contribuíram para uma nova

estruturação formal e estética da produção literária. Santaella (2005) reforça a ideia ao afirmar que tal aproximação configura-se especialmente no instante em que a cultura perde a proeminência das belas letras e das belas artes para deixar-se dominar pelos meios de comunicação. Para a autora, seria quase impossível a separação entre comunicação e artes na contemporaneidade.

Nesse momento, as relações sociais influenciam fortemente na construção da narrativa literária. Hauser (2000) infere que o realismo social passou a captar – a partir da observação e da recriação detalhada do cotidiano – os costumes e a linguagem das ruas e trazê-los para o campo da ficção. A imaginação, atributo artístico literário, que prevaleceu especialmente no período romântico, entra em crise e abre espaço para o cientificismo empírico do realismo, que leva o escritor a melhor observar as relações sociais, descartando as visões ingênuas e mais fantasiosas da vida social, e que a certo ponto conduz a uma aproximação da literatura do fazer jornalístico.

A relação assimétrica entre literatura e jornalismo conduz à trilha que leva aos estudos semióticos em razão de eles se reportarem a diferentes sistemas de signos, que precisam ser entendidos por intermédio de codificações diferenciadas. Para o ensaísta Décio Pig-natari (1998), a arte (neste artigo representada pela literatura) apresenta uma codificação em estado de protoestético, razão pela qual sua coabitação com o jornalismo, objeto em foco, é algo construtivamente experimental. Louzeiro colocou sua experiência de jornalista investigativo a serviço da criação literária, em cuja narrativa há, sobrejamente, nuances de aproximação e de afastamento com as fabulações, sendo

exemplo notório a presença de uma cartomante, no romance *Aracelli, meu amor*, alter ego do escritor, momento em que ele expressa sua opinião acerca dos dados factuais.

Bulhões (2007) ressalta que, em finais do século XIX, o jornalismo já era fonte de experiências humanas para os escritores da época, sendo visto como fórum de debates sobre o cotidiano.

Transpor um fato jornalístico de impacto popular para as malhas do romanesco parecia ser uma estratégia evidente para obter êxito com os leitores. Apoderar-se de uma história que já havia provocado comoção e sensação junto à opinião pública poderia ser quase uma garantia de sucesso editorial. (BULHÕES, 2007, p. 74).

Isso se tornou muito mais pungente durante o período de autoritarismo no Brasil – e na América Latina –, época em que prevalece uma narrativa de testemunho, de caráter documental, mas com traços de ficcionalidade. Para Randall (1992), essa intertextualidade é o elemento comum das narrativas de testemunho, que apresenta imbricações entre gêneros, como a narrativa ficcional, a autobiografia e o *new journalism*. Segundo ele, outro traço dessa narrativa é a enunciação, muitas vezes feita a partir de um lócus político. Para a autora, esse discurso testemunhal é potencializado pela frequente utilização de recursos secundários autênticos, como entrevistas, fotos e documentos, que legitimam o relato.

Yúdice (1991) corrobora a questão do relato de testemunho dentro de uma perspectiva de resistência a partir do momento em que essa narrativa tem como papel social denunciar questões de opressão e exclusão, além de mostrar outro lado da história

oficial contada pelos que têm o poder nas mãos, possibilitando novas versões de alguns fatos sociais. Compreende-se que essa literatura apropria-se do papel da história não oficial sob o ponto de vista das vítimas. As verdadeiras informações sobre os acontecimentos ocorridos na ditadura militar (assassinatos, exílios, torturas, perseguições, por exemplo) só eram transmitidas de modo camuflado, distorcido ou manipulado por alguns dos meios de comunicação de massa que apoiavam o regime.

José Louzeiro, em entrevista concedida à jornalista Márcia Peltier (LOUZEIRO, 2011), afirma que sempre idiotamente teve “uma pretensão de uma coisa que pode-se chamar de vingança contra a sociedade cruel em que vivemos”. O jornalista continua:

Eu sempre fui a favor dos ofendidos, sempre. Então, me revoltava muito. Por exemplo, o Lúcio Flávio pra todo mundo era um bandido. Não, não. Ele é fruto da crueldade do golpe militar de 64. [...] Vale a pena o comportamento do Lúcio? Valeu a pena? Não sei. Mas esse foi o dever dele. Por aí que ele começou a ver o mundo. Ele tinha que se vingar daqueles caras que ridicularizam e levaram o pai dele ao ridículo com a cara toda suja de bolo e levando bolachas e pontapés. (LOUZEIRO, 2011).

A literatura, em específico o romance-reportagem, tornou-se ferramenta para desconstruir a identidade criada pelo governo militar e propiciar a construção de uma consciência crítica na população sobre os direitos humanos. Segundo Renato Franco (2003), essas obras mostravam a indignação e um anseio de resistir à repressão dos militares, permitindo a circulação dessas arbitrariedades cometidas pelo governo. Parte desse romance “também se propôs

a produzir uma consciência literária original acerca da própria condição e alcance do romance em uma sociedade autoritária e na qual viceja a poderosa indústria cultural" (FRANCO, 2003, p. 363-364).

Heloísa Buarque de Holanda (2004) afirma que essa tendência de produzir obras que ampliam as discussões sobre fatos "proibidos" está relacionada à necessidade de burlar a censura, uma vez que esses jornalistas e intelectuais estavam impossibilitados de promover mobilizações e debates políticos abertos, transferindo essa necessidade para as manifestações culturais que agora são lugar privilegiado de resistência.

Dentro dessa perspectiva e tomando o princípio do *new journalism*² de tradução da realidade, o romance-reportagem dá ao leitor a sensação de que está lendo as claras "verdades". Ao que parece, o gênero propõe-se a retirar do cotidiano a realidade brasileira, como afirma José Louzeiro em entrevista à *Folha de S. Paulo*.

E como os autores que estão envolvidos nisso têm preocupações sociais profundas, como é o meu caso, obviamente esse romance, antes de ele refletir uma peripécia meramente para o encantamento do leitor, antes de ser uma literatura de entretenimento, a gente faz uma literatura realmente pra valer, uma literatura que reflete os problemas da sociedade em geral. [...]

² Necessita-se, neste momento, indicar os elementos característicos do *new journalism* ou, quando nada, apontar para as marcas da tessitura do texto jornalístico, amparado na roupagem literária. Muniz Sodré (2009, p. 140) se socorre de um *site*, *Texto Vivo*, cuja exatidão terminológica acerca dos requisitos para o casamento entre jornalismo e literatura ele destaca: "imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informação, uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão e humanização". Há, sobretudo, a presença do jornalismo narrativo.

Mas como o que eu escrevo tem o propósito de ser mais popular, a começar pela linguagem que uso, existem passagens nos meus livros que são verdadeira literatura oral. E tenho absoluta consciência disso, que é pra ver se consigo sair de um grupo de leitores de uma classe média elitizada para um leitor de classe média proletarizada. [...] E essa é uma literatura bastante despreocupada com aspectos formais e tem sido bem aceita de uma maneira geral pelos editores e pelos leitores. (LOUZEIRO, 1980).

Compreende-se a partir disso que esse jornalismo romanceado põe em segundo plano a linguagem convencional aceita na condição de culta. O livro-reportagem dá voz ao "outro", fazendo uso de uma linguagem do excluído para aproximar-se ainda mais da realidade – linguagem que muitas vezes é distinta do mundo do escritor. Assim, a linguagem das obras desse gênero alia a comunicação eficiente e a aceitação social. Cosson (2001) diz que o romance-reportagem deve apresentar uma linguagem transparente com registro da fala das personagens explorando a linguagem coloquial, e não um registro formal, na busca de uma coerência global à narração e ainda garantindo uma autenticação externa do relato.

Louzeiro, utilizando-se de uma linguagem influenciada principalmente pelo popular e pela oralidade, favorece a rápida compreensão, especialmente dos leitores não tão acostumados com a literatura, na tentativa de expandi-la para além de uma elite intelectualizada, como afirma em entrevista: "Mas nós temos dois caminhos na nossa literatura. Quando eu digo nós, incluo toda a América Latina. Ou nós polarizamos a literatura ou a literatura se elitizará de uma vez por todas" (LOUZEIRO, 1980).

Esse recurso tinha também como propósito aproximar o leitor da verdade pretendida. Citando R. M. Albèrés, Ribeiro (2004) considera que nesse tipo de texto em que se estabelece um discurso testemunhal "o jornalista fala com seu leitor como um contador de histórias e como um eloquente analista que põe tudo à vista com muita segurança" (RIBEIRO, 2004, p. 5).

Como exemplo, pode-se transcrever a advertência do autor para o leitor logo no início de *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*, de que, sob o viés do discurso testemunhal, são apresentadas minúcias sobre a vida do bandido Lúcio Flávio e as manipulações às quais esteve sujeito antes de ser assassinado.

Os fatos que substanciam esta narrativa foram tirados do nosso amargo cotidiano. O autor não teve a preocupação de alinhá-los cronologicamente, nem se absteve de descrever situações brutais, que mostram muito bem o grau de desumanização a que chegamos. (LOUZEIRO, 1973, p. 1).

Dáí a necessidade do novo gênero pautar temas comuns ao cotidiano de seus leitores, buscando, dessa forma, estabelecer maior aproximação entre eles. Para Louzeiro, essa nova literatura tem preocupações sociais profundas, cujo intuito – muito mais do que ser meramente uma leitura de entretenimento – é de ser uma literatura cujas tramas expõem, denunciam e refletem problemas presentes na sociedade violentada e conturbada.

Em *Aracelli, meu amor*, o assassinato brutal da menina de 9 anos de idade serve como mote para a denúncia de uma rede de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes no País associada ao abuso de poder, tráfico de drogas, corrupção e

impunidade. Tem-se que os fatos registrados em Vitória (ES) refletem um processo global do País. Revelar esse crime e o envolvimento de aliados da ditadura, ainda que em tom ficcional, credita ao autor uma postura de resistência, uma vez que nesse cenário de autoritarismo “qualquer revelação [...] tinha seu valor como arma no combate” (FERREIRA, 2003, p. 305).

Há nessa obra a denúncia da corrupção policial, que, conforme Cosson, está no centro da narrativa e pode servir de “matéria diegética de primeira ordem” (2001, p. 73). Para tanto, faz-se necessário o uso de documentos que, contextualizados, darão autenticidade à narrativa. Esses documentos são instrumentos de denúncia, como ocorre com o relatório do perito Carlos Éboli, entregue ao juiz Waldir Vitral, responsável pelo caso, que aconselha mais empenho no desvendamento do crime para que possa ser feita justiça.

É o relatório que irá canalizar diversos pontos da narrativa, apontando que a polícia capixaba mostrava pouco ou nenhum interesse em resolver as circunstâncias do assassinato da criança, deixando entender que pessoas de maior escalão eram responsáveis por essa ineficiência da corporação, como afirma Cosson (2001). Assim, a denúncia:

Atinge o seu lado social quando se inclui o assassinato de Araceli na relação de crimes insolúveis pelo “descaso” policial, ou chega-se à conclusão de que em nossa sociedade, como diz uma personagem do mesmo romance-reportagem: “... onde tem um grande crime, há um rico metido nele”. (COSSON, 2001, p. 74).

Imbuídos dessa postura combativa, tal como Louzeiro, os autores desse período, “amadurecidos pelo golpe” (CANDIDO, 1989), dão sua contribuição mais

que acertada para que esse gênero híbrido ocupe uma posição crítica de denúncia e de resistência, rompendo com uma ideologia burguesa e contrapondo-se ao regime autoritário. Esse novo texto, que transita entre a ficção e a realidade, quer, portanto, inquietar o leitor.

Considerações finais

Mais do que contar histórias e documentar fatos, o livro-reportagem nasce com o papel de expor a realidade e suscitar, a partir de sua análise, discussões e ações para transformá-la. Os 21 anos de ditadura no Brasil, definitivamente, mancharam o País e contribuíram sobremaneira para reforçar as injustiças sociais que acompanham sua história. Mas induziram também a um movimento de resistência e de alerta. Nessa imbricação entre jornalismo e literatura, autores como José Louzeiro, produto de uma "geração da repressão", fazem com que a realidade seja ampliada aos olhos do leitor menos afeito a essa realidade, motivando-o a sair da inércia.

Nesse momento em que o jornalismo perde forças e cresce o desejo de testemunhar a realidade, vem à tona um romance que mais parece reportagem, situado dentro de um contexto de realismo feroz. Segundo Louzeiro, na mesma entrevista a Márcia Peltier, imergir-se nesse mundo, como repórter de polícia, poderia acarretar grandes problemas. Mas, apesar disso, nunca se arrependeu. "Pelo contrário. Me orgulho. Vi muitas coisas que não devia, inclusive, que nunca pude escrever a respeito, até para não prejudicar as pessoas; e vi outras que escrevi".

Os romances-reportagem, como outras produções culturais da época, tiveram importante papel

na resistência à ditadura. José Louzeiro, em sua obra, aprofunda-se em descrever personagens sem voz e denuncia a violência permanente da sociedade brasileira contra os estratos sociais marginalizados. Em seu discurso literário testemunhal, ele apresenta esse embate da força oficial e do oprimido por meio de recursos estéticos (forma-conteúdo), revelando o real camuflado no discurso dominante, incorporando recurso do jornalismo, em que se percebe uma rápida afirmação da indústria cultural no país. O valor estético de Louzeiro aproxima-se da estética "resolutamente experimental", delineada por Bense (2003), cuja afirmação máxima recepciona, no campo literário, as construções familiares do jornalismo, setor que tem vasta experiência em contornar as restrições da censura governamental em tempos de exceção, paradoxalmente rotineiramente vividos ao longo da história brasileira.

Destarte, esses livros-reportagem possibilitam quebrar o silêncio, ainda que fosse uma aventura arriscada. Mas, como afirma Louzeiro (1980), "antes de se buscar soluções isoladas para responsabilizar o criminoso, é bom rever o contexto social. É nesse empenho que a nossa literatura está lançada".

Referências

AQUINO, M. A. de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência – o Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

A REUNIÃO que radicalizou a ditadura. **Novo em Folha**, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/>>. Acesso em: 17 mai. 2015. Por favor, informe a data de acesso.

BENSE, M. **Pequena estética**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRASIL. Decreto-lei 1.077, de 16 de janeiro de 1977. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da

República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jan. 1977. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em: 12 abr 2015.

BULHÕES, M. **Jornalismo e literatura e convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CANDIDO, A. A nova narrativa. In: CANDIDO, A. (Org.). **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

COSSON, R. **Romance-reportagem: o gênero**. Brasília: UNB, 2001.

COSSON, R. Romance-reportagem: o império contaminado. In: CASTRO, G. de; GALENO, A. (Orgs.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras, 2002.

DIAS, L. **Anos 70: enquanto corria barca. Anos de chumbo, piração e amor**. São Paulo: Senac, 2003.

FERREIRA, C. A. R. **Literatura e jornalismo, práticas políticas: discursos e contradiscursos, o novo jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem**. São Paulo: Edusp, 2003.

FRANCO, R. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. São Paulo: Unicamp, 2003.

HAUSER, A. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOLANDA, H. B. de. O espanto com a biotônica vitalidade dos anos 70. In: HOLANDA, H. B. de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/1970)**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. p. 99-132.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed., Barueri: Manole, 2009.

LOUZEIRO, J. **Lúcio Flávio, o passageiro da agonia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

LOUZEIRO, J. **José Louzeiro**: depoimento. [15 mar. 2011]. Entrevistadora: Marcia Peltier. Entrevista concedida ao programa Marcia Peltier Entrevista (Rede CNT). 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aWAJr-lay_M>. Acesso em: 17 mai. 2015.

LOUZEIRO, J. **Aracelli, meu amor**. São Paulo: Prumo, 2012.

LOUZEIRO, J. Mataram a moça e caçaram o livro. **Folha de S. Paulo**, 13 jan. 1980. (Folhetim). Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/leituras_28mar01.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2015.

PIGNATARI, D. **Cultura pós-nacionalista**. São Paulo: Imago, 1998.
QUINTINO, F. Caso Aracelli, jornalismo e literatura na década de 1970: dois livros sobre um crime. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 19., 2014. **Anais eletrônicos...** Vila Velha: UVV, 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-0765-1.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

RANDALL, M. ¿Que és y cómo se hace un testimonio? In: BEVERLY, J.; ACHUGAR, H. (Orgs.). La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa. **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana**, Lima, Año 15, n. 36, p. 21-45, 2. sem. 1992.

REIMÃO, S. Proíbo a publicação e circulação...: censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, abr. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/08.pdf>> Acesso em: 17 mai. 2015.

RIBEIRO, J. A. Memórias e mídias informativas na década de 70: o processo do hipertexto da notícia à ficção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2004.

SANTAELLA, L. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** São Paulo: Paulus, 2005.

SODRÉ, M. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

VENTURA, Z. **1968 o ano que não terminou**. A aventura de uma geração. 17. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

YÚDICE, G. Testimonio and postmodernism. **Latin American Perspectives**, v. 18, n. 3, p. 15-31, 1991.

DADOS DOS AUTORES

José Ferreira Junior

Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professor do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É autor de Capas de jornal: a primeira imagem e o espaço gráfico visual (Senac-SP).

Anderson Roberto Corrêa Pinto

Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharel em Comunicação Social e Licenciado em Letras.